



**SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO**  
**Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho**  
**Coordenação-Geral de Normatização e Programas**

**ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL TEMÁTICA TRIPARTITE DA NR-29 (COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL PORTUÁRIA – CPNP)**

**Data:** 26 e 27 de abril de 2017.

**Local:** Santos/ SP

**Participantes:** Rosângela Mendes Ribeiro Silva (MTE/SRTE/SP), Marco Aurélio Arruda Rocha (MTE/GRTE Santos/SP), Rodrigo Aoki Fuziy (MTE/GRTE Santos/SP), Mauro Jose Rocha de Araujo (DPC/MB), Antonio Carlos Garcia Júnior (FUNDACENTRO), Ernesto Henriques da Costa Junior (CODESP/SP), Evandro Lourenço (CODESP/SP/PAM), Nagib R. Amim (CODESA/ES), Lucimar Luis Camata (CODESA/ES), Elisangela Pereira Lopes (CNA), Mario Bastos Ferraz de Mendonça (SYNDARMA), Luiz Sérgio Soares Mamari (CNC), José Adílson Pereira (CONTTMAF), Ricardo San Araújo da Silva (FENOP), Priscila Catania (ABRATEC).

**Data: 26 de abril de 2017-** Visita ao terminal da Cia. Bandeirantes

Os participantes acima indicados, com exceção de Rodrigo A. Fuziy, de Ernesto H. da Costa Jr. e de José Adílson Pereira, visitaram o terminal da Cia. Bandeirantes localizado na margem direita do Porto de Santos. Na ocasião, houve uma apresentação sobre o Plano de Ajuda Mútua (PAM) do Porto de Santos, realizada por seu coordenador Evandro Lourenço, com as participações de Marcos Adei, Gerente de QSSMA/Segurança Patrimonial da Bandeirantes, e Andrew Gonzales, Engenheiro de Segurança do Trabalho da mesma empresa. A apresentação foi considerada de excelente qualidade, vindo de encontro ao objeto proposto na pauta da reunião, ou seja, fornecer subsídios para alteração da atual redação do PCE na NR 29. Após algumas perguntas e esclarecimentos foi realizada uma breve visita a um dos pátios do terminal.

**Data: 27 de abril de 2017 –** Centro de Treinamento da CODESP

**1. Leitura e aprovação da ata da 34ª RO da CPNP – Santos/SP**

A coordenadora, Rosângela Mendes, iniciou a reunião informando o objetivo, que era a discussão da proposta apresentada por Antonio Carlos para nova redação dos itens da NR 29 que tratam do PCE e do PAM. Verificou a existência de quórum para a realização da reunião, informando as justificativas das ausências, do Sr. Sérgio da FNP e do Sr. Ernani da CONTTMAF, representantes dos trabalhadores, dessa forma, foi obtido o quórum. A coordenadora lembrou que, pelo Regimento, a partir de duas faltas não justificadas a instituição deve ser comunicada para que demonstre interesse em continuar participando. Ressaltou a importância de que sejam enviados os suplentes nos casos em que os representantes não possam comparecer para que possam dar continuidade aos trabalhos. Foi realizada a leitura da ata da reunião anterior para aprovação. De antemão, o local de realização foi alterado, pois estava errado. Com a leitura, a ata foi aprovada. Discutiu-se, então, a proposta do Com. Mario, representante do SYNDARMA, de que seja realizada uma videoconferência antes da realização da reunião ordinária para que se tenha um texto pré-aprovado onde apenas os pontos em que não houve consenso seriam discutidos na reunião

ordinária. A coordenadora, embora entendendo que tal proposta pode otimizar os resultados da comissão, colocou das dificuldades do MTE para por em prática haja visto que não possui esta tecnologia em todas suas unidades. O Sr. Antonio Carlos esclareceu que a FUNDACENTRO possui, porém centralizado nas capitais. O assunto foi anotado e deve ser amadurecido de forma a se colocar em prática futuramente.

## **2- Avaliação do acompanhamento do simulado do Porto de Santos**

O segundo item da pauta seria a avaliação do simulado, o qual acabou não acontecendo. A coordenadora ressaltou que a mudança na programação das atividades do dia 26/04/2017 foi muito rápida, mas que, no geral, as coisas se encaixaram, atendendo o que se está discutindo na CPNP. O representante do SYNDARMA também achou proveitosa a atividade do dia anterior, enaltecendo a apresentação e discussão do PAM do Porto de Santos, mas também a participação do terminal visitado. O Com. Mauro, do DPC, reiterando o que o Com. Mario do SYNDARMA disse, destacou a contribuição mútua e interação que houve durante a apresentação do PAM, o que enriqueceu a apresentação e ajudou a CPNP em alguns pontos que serão tratados, principalmente no que se refere às responsabilidades.

## **3- Discussão das Experiências e Práticas referentes ao Plano de Controle de Emergência -NR29- do Porto de Santos**

Após, houve a apresentação do Plano de Controle de Emergência da CODESP, autoridade portuária no Porto de Santos, pelo Sr. Ernesto Henriques da Costa Junior, engenheiro mecânico e engenheiro de segurança do trabalho, Gerente de Segurança do Trabalho na CODESP. Ernesto disse que o PCE da CODESP segue a cartilha da NR29, mas entende que o programa atual está defasado, por não acompanhar mudanças que houveram na área portuária de Santos. A última revisão que houve foi em 2006, mas uma revisão está em andamento. Lembrou que a autoridade não opera porto, apenas administra o porto, mas se sente na obrigação de elaborar o PCE porque tem berços públicos utilizados por outros operadores. Sugeriu à comissão uma ênfase ao PCE, pois no entendimento do Sr. Ernesto o PAM seria o conjunto dos PCEs. Sugeriu, ainda, que a redação especificasse que os terminais portuários tenham que “participar de um PAM que seja coordenado pela autoridade portuária, quando houver”.

## **4- Proposta de revisão dos itens referentes a PLANO DE CONTROLE DE EMERGÊNCIA – PCE - nos portos – MTE e FUNDACENTRO**

Passou-se à discussão da redação da norma. A coordenadora lembrou que a redação desse tema está sendo discutida há um bom tempo e que, nas últimas reuniões, ficou decidido que caberia à FUNDACENTRO fazer o texto inicial para nova redação da NR 29 que trata sobre o PCE e sobre o PAM. O Sr. Antonio Carlos Garcia Júnior antes de apresentar o texto propôs que os integrantes da comissão fizessem uma roda para facilitar a participação de todos nas discussões. A coordenadora comentou que da redação atual, onde o PCE é tratado no início da norma e depois quando se fala em cargas perigosas, mas que o ideal seria que o assunto ficasse reunido em um único item, favorecendo a leitura conjunta do tema. Em razão disso, foi proposta a criação do item 29.7, que trataria do PCE e do PAM. Foi realizada, então, a leitura, item por item, da proposta encaminhada, com apresentação e explicação por parte do Sr. Antonio Carlos, para que a comissão pudesse debater. A coordenadora sugeriu que o texto fosse fechado por item. Na mesma linha, o Sr. Mamari, da CNC sugeriu a aprovação “a princípio” de cada item, para que depois pudessem serem debatidos e definidos apenas os pontos em que não houvesse consenso. Com a sugestão do representante do SYNDARMA, os representantes concordaram que o item 29.7 levaria o nome de “PLANO DE CONTROLE DE EMERGÊNCIA (PCE)” e o item 29.8 levaria o nome de “PLANO DE AJUDA MÚTUA (PAM)” e os demais seriam renumerados como subitens,

para acompanhar a divisão dos itens e subitens da NR 29, onde cada item traz o nome do assunto que será tratado pelos subitens. No item 29.7.1 o representante do DPC sugeriu a alteração do termo “instalação portuária de uso privativo”, que está defasado, por “terminal de uso privado” (TUP) e, após consenso, com o acréscimo de “demais instalações portuárias conforme a Lei 12.815/2013”. A Sra. Rosângela sugeriu a inclusão da alínea “g” neste item, que previsse “outras situações de emergência em função de característica do local”. Mas, optou-se por manter a redação com a expressão “no mínimo as seguintes situações”, no caput. Acatou-se a sugestão de alteração do texto da alínea “e” de “queda de homem ao mar” para “queda de pessoa na água”. Com relação ao item seguinte, em um primeiro momento, falou-se da elaboração do PCE para diferentes tipos de produtos perigosos. Após, iniciou-se as discussões sobre as responsabilidades e competências de cada ator envolvido. O Sr. José Adílson questionou qual seria o objetivo daquele item 29.7.2, pois dois assuntos estavam sendo tratados no mesmo item, o que causou certa dúvida na própria comissão, já que a definição das responsabilidades e competências é necessária não apenas no que se refere a produtos perigosos, mas a qualquer situação. Sugeriu, então, que os assuntos fossem desmembrados. A coordenadora propôs a divisão em 29.7.2 e 29.7.3, passando-se a discussão de um tema por vez para cada um dos itens. Durante a discussão percebeu-se que a ordem dos assuntos também precisava ser alterada. Assim, primeiro, o item 29.7.2 trataria do conteúdo do PCE, que “deve discriminar as atribuições da pessoa responsável envolvida nas seguintes etapas”, descritas após nas alíneas. Na sequência, o tema produtos perigosos passou a ser objeto do subitem 29.7.2.1, por ser específico, com a redação que já havia sido aprovada, após consenso, de que o PCE deve ser elaborado “para cada classe e subclasse de risco de produto perigoso armazenado, em trânsito ou em operação de carga e descarga”. Foi debatida pela comissão cada uma das alíneas para o item 29.7.2. Após proposta da representante da CNA, excluiu-se a expressão “como será o” da alínea “d”, mantendo-se apenas “atendimento à emergência”. Para a alínea “f” a redação da etapa ficou “emissão e divulgação do relatório do acidente”. Após, passou-se à discussão do item 29.7.3, que trata do treinamento das equipes de atendimento de emergência e dos simulados, com a alteração do uso da palavra “ocorrência” para “situação”, sendo que deve ser realizado pelo menos um simulado por ano para cada situação elencada no item 29.7.1. Foi criado o subitem 29.7.3.1 com a seguinte redação: “os trabalhadores devem ser informados sobre o conteúdo do PCE e participar dos simulados”. A partir do item 27.8.1 alguns representantes se retiraram, devido ao horário agendado para o retorno. Ficaram apenas: Rosângela Mendes Ribeiro Silva, Marco Aurélio Arruda Rocha, Rodrigo Aoki Fuziy, Mauro Jose Rocha de Araujo, José Adílson Pereira, Antonio Carlos Garcia Júnior e os convidados Evandro Lourenço, Nagib R. Amim e Lucimar Luis Camata. Então o texto passou a ser discutido sem aprovação, apenas aproveitando para coleta de sugestões para a redação do PAM. No primeiro item do PAM seria alterada a expressão “instalação portuária de uso privativo” para “terminal de uso privado”, como havia sido sugerido pelo Com Mauro, do DPC, quando tratou do PCE. No item seguinte alterou-se a palavra “estatuto” para “regimento interno”, após dúvida levantada pelo Sr. José Adílson, CONTTMAF. No item do simulado do PAM, foi sugerida a alteração para que a redação ficasse similar à redação utilizada para tratar do simulado do PCE. O Sr. Evandro, coordenador do PAM do Porto de Santos, sugeriu que os terminais portuários devem compor o PAM e não o criar. A coordenadora Rosângela concordou, mas que teria que estar bem clara a obrigação dos terminais participarem do PAM. O Sr. Evandro ressaltou a importância dos terminais retroportuários também terem o dever de participar do PAM. O Sr. José Adílson sugeriu que o texto deve deixar claro quem seria o responsável pela criação do PAM e quem deve compor o PAM. A sugestão ficou como “criar ou participar”, cabendo à administração do porto a coordenação. Ao final, ficou decidido que o Sr. Antonio Carlos faria uma nova redação para este item.

## **5- Informes e outros assuntos**

A Sra Rosângela agradeceu a participação do Eng. Alfredo e do Sr. Evandro da CODESP pela participação e colaboração na redação de assunto tão importante para a comunidade portuária, considerando a vivência que o Porto de Santos detém sobre a matéria. Lembra que, conforme planejamento, a próxima reunião será no Rio de Janeiro e que houve consenso que se houvesse visita seria no Porto de Itaguaí. Houve debate sobre a questão de logística para que todos pudessem ir na visita. O Com. Mauro ficou de ver se havia alguma possibilidade com o Sr. Mauro, AFT do Porto do Rio, mas não ficou nada acertado sobre a viabilidade da visita. A Sra Rosangela esclarece que conforme o Regimento temos que ter pelo menos duas reuniões com visita e que a última deste ano que será em Vitória terá visita, portanto se não for possível a visita na reunião do Rio não contrariaria o Regimento. Após, agradece o consenso geral e encerra a reunião.